

## PERFIL E APROPRIAÇÃO DA POLÍTICA DE ESPORTE, CULTURA FÍSICA E LAZER PARA CRIANÇAS EM MUNICÍPIOS DO PARANÁ<sup>1</sup>

Recebido em: 02/11/2021

Aprovado em: 27/04/2022

Licença: 

*Felipe Canan*<sup>2</sup>

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)  
Manaus – AM – Brasil

*Andréia Juliane Drula*<sup>3</sup>

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
Marechal Cândido Rondon – PR – Brasil

*Joao Fernando Christofolletti*<sup>4</sup>

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
Marechal Cândido Rondon – PR – Brasil

*Verônica Gabriela Silva Piovani*<sup>5</sup>

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
Marechal Cândido Rondon – PR – Brasil

*Shayda Muniz Oliveira Guilherme*<sup>6</sup>

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
Marechal Cândido Rondon – PR – Brasil

*Arestides Pereira da Silva Júnior*<sup>7</sup>

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
Marechal Cândido Rondon – PR – Brasil

**RESUMO:** Objetivou-se identificar a dinâmica de apropriação e vivência de esporte, cultura física e lazer por parte de crianças residentes em municípios paranaenses. A pesquisa é quali-quantitativa e utilizou como procedimentos: questionário aplicado a escolares do 3º ao 5º ano no Ensino Fundamental; entrevista semiestruturada com gestores públicos de esporte e lazer; dossiê documental a respeito de cada município

<sup>1</sup> O artigo faz parte e contou com financiamento do Programa Rede Cedes – Centro Paraná, do Governo Federal.

<sup>2</sup> Doutor em Educação Física. Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Grupo de Pesquisa PRÁXIS – Teoria e prática da educação Física (UEA-CNPq).

<sup>3</sup> Mestre em Educação Física. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

<sup>4</sup> Doutor em Educação Física. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

<sup>5</sup> Doutora em Educação Física. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Grupo de Extensão e Pesquisa em Educação Física Escolar (GEPEFE – UNIOESTE – CNPq).

<sup>6</sup> Graduada (bacharelado e licenciatura) em Educação Física. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

<sup>7</sup> Doutor em Educação Física. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Grupo de Extensão e Pesquisa em Educação Física Escolar (GEPEFE – UNIOESTE – CNPq).

investigado. As categorias de análise foram estabelecidas a priori, consistindo nos pares dialéticos “oferta e demanda”, “público e privado” e “formal e informal”. Verificou-se supremacia na oferta pública de escolinhas esportivas e pouca preocupação com cultura física, lazer, infraestrutura e parcerias com a iniciativa privada e comunitária. As crianças apropriam-se destas escolinhas, mas indicam interesses relativos a práticas recreativas não atendidas pelo poder público.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política pública. Esporte. Cultura física. Atividades de lazer.

#### **PROFILE AND APPROPRIATION OF THE SPORT, PHYSICAL CULTURE AND LEISURE POLICY FOR CHILDREN IN MUNICIPALITIES OF PARANÁ**

**ABSTRACT:** It objectives to identify the dynamics of appropriation and experience of sport, physical culture and leisure by children living in municipalities in Paraná. The research is quali-quantitative and used the following procedures: questionnaire applied to students from 3rd to 5th grade in elementary school; semi-structured interview with public managers of sport and leisure; documentary dossier about each investigated municipality. The analysis categories were established a priori, consisting of the dialectical pairs “supply and demand”, “public and private” and “formal and informal”. There was supremacy in the public offering of sports schools and little concern with physical culture, leisure, infrastructure and partnerships with the private and community initiative. Children take ownership of these sport schools, but indicate interests related to recreational practices not attended to by the public power.

**KEYWORDS:** Public policy. Sport. Physical culture. Leisure activities.

### **Introdução**

O esporte e o lazer são estabelecidos como direitos da população pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, também chamada de Constituição Federal (CF). O lazer consta com um dos direitos sociais elencados pelo Art. 6º CF, enquanto o esporte é insculpido como “direito de cada um” pelo Art. 217 CF (BRASIL, 1988). Além disso, ambos são estabelecidos como dever do Estado/poder público. Assim expressa o dispositivo: “Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um [...]. § 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988). O lazer é ainda previsto no Art. 227, como um dos deveres prioritários da família, da sociedade e novamente do Estado em relação às crianças, adolescentes e jovens.

Entretanto, a CF não estabelece competências em relação ao esporte e ao lazer, de forma que qualquer um dos entes federados pode cumprir o dever estabelecido pelo Art. 217, quanto nenhum deles pode fazê-lo, resultando em inação. Como colocam Linhales (1996), Athayde *et al.* (2016), Gomes e Isayama (2015) e Canan (2018), a CF não é clara e concreta quanto às possíveis formas e quanto aos responsáveis pelo cumprimento do dever frente ao esporte e lazer. O mesmo problema é identificado na legislação infraconstitucional referente ao esporte, em sentido geral (leis que tratam de populações específicas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo) (TOLEDO, 2014; ATHAYDE *et al.*, 2016; CANAN, 2018).

Esse quadro de baixa institucionalidade se agrava em decorrência da falta de clareza de expressões utilizadas na CF, as quais, depois, não são conceituadas ou, então, o são de modo frágil, na legislação, o que cria ainda mais brechas nas possibilidades de cumprimento das ações esportivas e de lazer. As “práticas desportivas formais e não formais”, às quais se aplica o dever do Estado estabelecido pelo Art. 217 CF, por exemplo, são conceituadas pela Lei Pelé, respectivamente, como

Art. 1º [...] § 1º A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto.

§ 2º A prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes (BRASIL, 1998).

Esse conceito indica que a prática esportiva formal abrange apenas as modalidades competitivas institucionalizadas. A definição de prática esportiva não formal, por sua vez, não deixa claro se abrange quaisquer formas de manifestações da cultura física ou, por outro lado, apenas a simples adaptação das práticas formais para contextos não institucionalizados. No primeiro caso, a prática esportiva não formal abrangeria uma ampla variedade de práticas corporais, como a dança, ginástica, atividades na natureza e exercícios de condicionamento física em geral. Já no segundo

caso, ela se limitaria apenas às modalidades esportivas competitivas, praticadas fora da égide das instituições dirigentes. O lazer, por sua vez, também não é explicado na CF nem na Lei Pelé. Gomes e Isayama (2015, p. 2) reforçam que “diferentemente de outros direitos, a Constituição de 1988 não define princípios, diretrizes, objetivos e regras institucionais que devam orientar a concretização do lazer na vida da população brasileira”.

Ainda assim, apesar das incongruências legislativas, das possibilidades de interpretação restritiva (por exemplo, apenas esporte competitivo seria formal ou não formal) e da possibilidade aberta para inação, a regra tem sido a existência de uma estrutura político-burocrática e a efetivação de políticas públicas em relação ao esporte, ao lazer e à cultura física, em âmbito federal, estadual e, em boa medida, também municipal (MEZZADRI; CAVICHIOLLI; SOUZA, 2006; BERNABÉ, 2016; SANTOS, 2016; MOURA *et al.*, 2017; SANTOS; CANAN; STAREPRAVO, 2018; SANTOS *et al.*, 2019). Essas políticas implicam em um processo de oferta de atividades esportivas ou físicas e, também, de lazer, que pode apresentar-se sob variadas formas, desde a disponibilização de infraestrutura esportiva e de lazer (ginásios, quadras, parques, praças, playgrounds, academias da terceira idade, ciclovias) até a oferta serviços, que podem ser esportivos (escolinhas, equipes de treinamento, competições), de lazer (eventos em datas comemorativas, programações de verão, etc.) e de cultura física (academias públicas, ginástica e condicionamento físico, dança), além ainda da própria educação física escolar, que agrega esporte, lazer e cultura física como base de um processo de educação permanente, iniciado com a população de crianças e adolescentes (TUBINO, 1992).

Nesse sentido, é comum que as estruturas e, principalmente, as políticas de esporte e lazer em suas diferentes instâncias possuam disparidades entre diferentes

territórios brasileiros, desde a esfera macro (regiões e estados) até a esfera micro (municípios e bairros) (SANTOS; CANAN; STAREPRAVO, 2018). Tendo em conta esse cenário controverso e complexo, mas, ao mesmo tempo, senão estruturado, ao menos existente nos termos de uma “anarquia organizada” (COHEN; MARCH; OLSEN, 1972), objetivou-se neste artigo identificar a dinâmica de apropriação e vivência de esporte, cultura física e lazer por parte de crianças residentes em municípios da região oeste do estado do Paraná.

Em razão da pesquisa ter como objeto, fenômenos humanos complexos e com múltiplas interpretações acadêmicas e sociais, foi necessária uma tomada de posição conceitual por parte dos autores. Dessa forma, esporte foi entendido no sentido de práticas motoras competitivas, formalmente regradas e institucionalizadas (PARLEBAS, 2001), passíveis de serem realizadas formal ou informalmente (PEREIRA, 1980). Cultura física foi compreendida no sentido de práticas motoras para além das esportivas (ainda que também as abrangendo), desenvolvidas historicamente pelo ser humano, visando saúde, lazer, estética etc., também passíveis de serem realizadas formal ou informalmente (CAGIGAL, 1979; TUBINO, 1992). Por fim, o fenômeno do lazer foi entendido em sentido amplo, como vivências desinteressadas e lúdicas realizadas em períodos fora do tempo de trabalho, abrangendo as diferentes manifestações de práticas advindas de interesses culturais (DUMAZEDIER, 1980; MARCELLINO, 2012).

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa (GIL, 2010). Adotou como instrumentos, questionário com questões fechadas e abertas, entrevista semiestruturada e dossiês georreferenciados e culturais

elaborados a partir da análise de documentos e de observações de campo não sistematizada.

O questionário foi elaborado por uma equipe de dez professores pertencentes a três IES públicas do estado do Paraná e participantes do Centro Paraná da Rede CEDES (programa do Governo Federal voltado ao desenvolvimento de estudos e políticas relacionadas ao esporte recreativo e ao lazer). Como forma de testagem, o instrumento foi aplicado com crianças de mesma faixa etária de uma escola do município de Marechal Cândido Rondon, a qual não faz parte da amostra da pesquisa.

O questionário foi aplicado a alunos de sete escolas municipais situadas em territórios urbanos de três municípios do oeste paranaense. Mais especificamente, foram 3 escolas de Toledo, 3 escolas de Marechal Cândido Rondon e 1 escola de Maripá. Toledo foi selecionada por ser reconhecidamente bem estruturada em termos de políticas de esporte e lazer. Marechal Cândido Rondon foi escolhida por ser sede do curso de Educação Física da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), no momento, única instituição pública a ofertar tal curso na região. Por fim, a opção por Maripá se deu por ela conter, durante muitos anos, um núcleo do Programa Federal Esporte e Lazer na Cidade (PELC).

As escolas foram selecionadas a partir de indicações feita pelo Secretário de Educação de cada município, em entrevista diagnóstica prévia. Foi prioritária a seleção de escolas localizadas em área de vulnerabilidade social, exceto no caso de Maripá, cuja escola é a única da zona urbana do município. Foram aplicados os questionários em 60 turmas dos 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, somando 1.436 alunos. Um total de 472 questionários foi efetivamente respondido e devolvido (32,87% do total), compondo a amostra da pesquisa. Ressalta-se que foram computados apenas os questionários devolvidos juntamente com o termo de consentimento livre e esclarecido

assinados pelos pais ou responsáveis, que também puderam auxiliar as crianças no preenchimento do questionário em casa, num prazo de dois dias.

As entrevistas semiestruturadas buscou conhecer, principalmente, a oferta e programação esportiva e de lazer efetivadas pelo poder público municipal ou em parceria, tanto com outros entes federados ou com iniciativa comunitária ou privada. Elas foram realizadas junto aos dirigentes públicos responsáveis pela pasta (secretaria, departamento etc.) de esporte e lazer em cada município. Elas foram gravadas com o consentimento dos participantes e tiveram duração média de 30 minutos.

Os dossiês foram construídos a partir de pesquisa online nos sites da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), prefeituras e câmaras de vereadores dos três municípios estudados, bem como nos órgãos oficiais de pesquisa e estatística, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (IPARDES). Nesses últimos, buscou-se adquirir um panorama geral da organização e dinâmica territorial, política e econômica dos municípios. Além dos sites, foram consultados os projetos políticos pedagógicos das 7 escolas participantes do estudo, em busca de conhecer mais proximamente suas realidades particulares. Todas as escolas e seus entornos foram visitados pelos pesquisadores, tendo em vista propiciar uma visão geral sobre cada território, mesmo que subjetiva. Essas visitas tiveram como função, contribuir para que os pesquisadores pudessem melhor compreender e interpretar os dados documentais encontrados para construção dos dossiês.

Os questionários foram analisados por meio de estatística descritiva e percentual e as entrevistas por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), realizando as etapas de pré-análise e exploração do material de modo a identificar as unidades de significado

que foram organizadas a partir de três categorias elaboradas *a priori*, sendo elas: a) a oferta *versus* demanda das práticas esportivas, de cultura física e de lazer, baseada na convergência entre as falas dos gestores e os apontamentos das crianças; b) a relação entre público e privado na dinâmica de apropriação e vivência do esporte, cultura física e lazer no contexto pesquisado; e, c) as possibilidades e desejos da vivência corporal, consideradas a partir da oposição entre o esporte formal e o informal. Foi com referência a elas que os resultados foram organizados, apresentados e explorados, por meio de inferências e interpretações.

Com isso, comparou-se os instrumentos entre si e em conjunto aos dossiês, tendo em conta as categorias de análise. Salienta-se que a presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE, sob parecer substanciado n. 3.551.880/2019.

## **Resultados e Discussão**

### **A Oferta *Versus* Demanda das Práticas Esportivas, de Cultura Física e de Lazer: A Convergência entre as Falas dos Gestores e os Apontamentos das Crianças**

De uma maneira geral, nos três municípios pesquisados, os gestores afirmam haver oferta satisfatória de práticas esportivas e de lazer para população, incluindo oferta de ações próprias para crianças e adolescentes em geral e específicas para residentes em territórios de vulnerabilidade social. A exceção, neste último caso, é o município de Maripá, que devido ao seu pequeno porte não chega a ter bairros assim caracterizados.

Os três gestores mostraram-se satisfeitos com as ações desenvolvidas pela respectiva Secretaria/Departamento, mas não deixaram de reconhecer a existência de pontos a serem melhorados, principalmente no que diz respeito à infraestrutura física e

humana. Apontaram ainda para projetos futuros em busca de melhora ou ampliação dos atendimentos. O gestor do município de Marechal Cândido Rondon foi o que mais relatou deficiências e pontos a serem aperfeiçoados, seguido pelo de Maripá e, por fim, pelo de Toledo, que se mostrou muito satisfeito com as ações de esporte e lazer da Secretaria. Contudo, pouco foi apontado sobre parceria com a iniciativa privada a fim de aprimorar a oferta de esporte, cultura física e lazer.

As ações em si, para crianças e adolescentes, são essencialmente voltadas à oferta de escolinhas esportivas e formação das chamadas “categorias de base”, ou seja, do corpo de atletas e equipes esportivas infanto-juvenis que representam o município em competições regionais, estaduais, nacionais e eventualmente internacionais. Nesta direção, as falas dos gestores embasam tal afirmação:

Nós temos dentro da secretaria de esportes especificamente [...] projetos que atendem crianças de 5 até 17 anos, projetos sociais e já voltados para a iniciação esportiva, modalidades individuais e coletivas (Entrevista com gestor de Marechal Cândido Rondon-PR).

Diretamente na área esportiva a gente tem escolinhas de futsal, futebol de campo, vôlei e tênis de mesa. Ainda temos um projeto de karatê [...]. A gente disponibiliza todos esses outros esportes e as atividades da cultura [...] (Entrevista com gestor de Maripá-PR).

[...] nós temos dentro da Secretaria de Esportes [...] cerca de 20 modalidades esportivas, e nós temos também o apoio de algumas instituições, associações, entidades parceiras que desenvolvem mais algumas atividades, no total *[sic]* a gente atinge cerca de 30 mil atendimentos mensais de crianças, adolescentes. São as nossas escolinhas, treinamentos que servem como base *[sic]* para montar as nossas equipes para as competições oficiais que o município de Toledo disputa (Entrevista com gestor de Toledo-PR).

A fala do gestor de Toledo explicita que as práticas esportivas possuem uma vertente para a atuação destes sujeitos no esporte de rendimento, representando o município em que residem. Existem debates que reforçam ser um equívoco este direcionamento no esporte, o qual deveria ter investimento para a prática esportiva da população em geral (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2017), o que é reforçado por Terra e Cruz (2019, p. 574), argumentarem que “sobre a proposição da política, programas e projetos realizados no município, o órgão gestor de esporte e lazer tem a responsabilidade de tornarem

acessíveis as atividades físicas e esportivas, por meio de ações que garantam oportunidades de tais práticas à população”. Contudo, dos contextos pesquisados, as crianças apontaram que o “esporte” é a atividade mais realizada (39,4%) fora do período formal de aula, o que está em acordo com as falas dos gestores entrevistados.

Em relação aos espaços utilizados para tais práticas esportivas, os espaços públicos “ginásio municipal” e “escola” foram, igualmente, os mais apontados pelas crianças sobre o local em que realizariam as práticas esportivas (27% cada um, considerando-se apenas as crianças que realizam práticas esportivas). Assim, compreende-se que o espaço da escola apresenta múltiplas funções, desde a educação física escolar até seu uso no contraturno. Também o ginásio municipal se torna espaço rico de formação, não apenas voltada ao esporte, mas a todos os valores implícitos a ele (DIECKERT, 1984). O gestor de Marechal Cândido Rondon expõe como a escola e o poder público possuem uma relação importante para que sejam potencializadas ações esportivas:

[...] eu não vejo o esporte e lazer sem a participação da escola não consigo visualizar isso, então com certeza essa ação, essa fusão *[sic]* com mais qualidade para essas crianças e adolescentes [...] (Entrevista com gestor de Marechal Cândido Rondon-PR).

Já quanto às práticas de cultura física e de lazer, em comparação com as práticas esportivas, há menor menção por parte dos gestores. Confirmando esta constatação, o gestor de Toledo aponta que “nós, da Secretaria de Esporte, trabalhamos só com os esportes, com as modalidades esportivas” (Entrevista com gestor de Toledo-PR).

Especificamente no âmbito do lazer, em relação àquilo que compete à secretaria/departamento de esporte e lazer, as ações consistem essencialmente em eventos recreativos (brinquedos infláveis, por exemplo), normalmente com caráter itinerante em diferentes locais do município. No que diz respeito aos municípios de Marechal Cândido Rondon e Maripá, referente ao que é desenvolvido de ações para o lazer, os gestores dissertaram que

[...] nós temos também um projeto de lazer que se chama “Brincando no Bairro” e esse projeto atende essas crianças em vulnerabilidade social tanto dentro da sede do município, nos bairros do município, como nos distritos. E *[sic]* se eu for também destacar aqui Porto Mendes e Iguaporã, também tem projetos sociais desportivos que atende também com a parte do “Brincando no Bairro” que leva um dia de lazer dentro da escola para que essas crianças possam estar tendo um momento de lazer com os colegas e com seus familiares também (Entrevista com gestor de Marechal Cândido Rondon-PR).

Na questão cultural também temos algumas atividades aqui, tem aula de sopro, ballet, viola, violão, percussão, acordeom, teatro e aula de alemão, então temos diversas atividades (Entrevista com gestor de Maripá-PR).

Com isso, ao ser analisado o que as crianças responderam no questionário, identifica-se “estudos religiosos” (30,9%) como a segunda atividade mais realizada, após “esportes” (39,4). Todavia, atividades de “música” (15,5%), “teatro, dança e circo” (8,1%) e “ginástica, exercícios” (7,8%) também ressaltam aos olhares quando são analisadas as estatísticas da pesquisa. A importância da oferta de práticas diferenciadas das esportivas, as quais podem tomar corpo a partir da cultura física e do lazer, é destacada em diferentes estudos de áreas como a Educação Física, Educação, Políticas Públicas e Antropologia, dentre outras. A cultura física, em sua história em solo paranaense, já denota a responsabilidade de adequar o espaço urbano, por meio de ações públicas ou particulares, além de disseminar novas formas de agir da população (SILVA; QUITZAU; SOARES, 2018). Rodrigues e Marcellino (2011, p. 34), a partir da experiência em Porto Alegre, destacam que uma das vias para implementar políticas públicas de lazer nos municípios é pela democracia participativa.

Em relação a ações específicas nos territórios de vulnerabilidade social, embora os dirigentes de Marechal Cândido Rondon e Toledo tenham relatado que elas existiam, não ficou evidente alguma diferença delas em relação às ações em geral, de escolinhas esportivas e eventos recreativos itinerantes. Por outro lado, a maioria dos alunos que afirmaram realizar alguma prática esportiva ou de lazer informou que chegam a pé ou de bicicleta até os respectivos espaços. Isso indica que há espaços esportivos e de lazer descentralizados (no sentido de localização e não necessariamente de gestão) e acessíveis à população nos territórios investigados. Entre as falas dos gestores e das crianças, é possível perceber convergências, como também pequenos pontos isolados, que não são comuns nesses depoimentos. Na tentativa de compreender tais brechas, é

fundamental compreender a relação da esfera público com a privada para o desenvolvimento de ações esportivas, da cultura física e de lazer.

### **A Relação entre Público e Privado na Dinâmica de Apropriação e Vivência do Esporte, Cultura Física e Lazer no Contexto Pesquisado**

A relação entre o público e o privado não diz respeito apenas a verificar em quais espaços as crianças realizam suas atividades, mas também tentar identificar em que medida cada instância participa ou não da dinâmica de realização dessas atividades. Quanto ao órgão responsável pela oferta, os três municípios afirmaram realizar, por si próprios, as ações relativas ao esporte e ao lazer. Entretanto, ainda que a parceria com a iniciativa privada tenha aparecido, ela se mostrar tímida. Os dirigentes de Marechal Cândido Rondon e Toledo afirmaram trabalhar também com parcerias firmadas com entidades voltadas a modalidades esportivas específicas por meio de termo ou processo eletivo ou licitatório formal. Em Maripá, o gestor entrevistado destacou que por ser um município com porte menor que os demais desta pesquisa, a própria Secretaria de Esporte e Educação é quem desenvolve as ações esportivas. Porém, ainda assim, há uma parceria do tipo público-privada desenvolvida com uma associação esportiva. Além dela, o dirigente relatou colher alguns frutos de outra parceria, já extinta, com o governo federal, por conta do PELC.

Dessa maneira, um aspecto a ser ressaltado é que a oferta de atividades pode ser facilitada por meio de práticas desenvolvidas em espaços públicos, como a escola e o ginásio municipal. Ao mesmo tempo, pode também ser maximizada por projetos e ações em espaços privados (que podem ter infraestrutura mais adequada para a prática esportiva) ou desenvolvidos por entes privados, mesmo que em espaços públicos (DIECKERT, 1984).

Em relação à parceria com escolas públicas, o dirigente de Toledo afirmou contribuir para a oferta esportiva nas 3 escolas de educação integral do município. Por sua vez, o Secretário de Marechal Cândido Rondon relatou um evento recreativo itinerante, bem como a realização de diferentes tipos de jogos escolares voltados a diferentes faixas etárias e públicos-alvo. Desse modo, buscava também contemplar crianças e adolescentes que normalmente não costumam participar de competições formais. Já o dirigente de Maripá informou que realiza colônia de férias no período de férias escolares, além de organizar jogos infantis.

Sobre ações diagnósticas a respeito de possíveis demandas do público infanto-juvenil e da sociedade em geral relacionadas ao esporte e lazer, os dirigentes dos três municípios afirmaram que não as realizam. Reconhecem, assim, expressa ou tacitamente, que a definição das ações esportivas no município ocorre a partir de um modelo *top-down*, ou seja, de cima para baixo. As escolhas são feitas pelos próprios dirigentes e pelo corpo burocrático abaixo deles, a partir de suas percepções, escolhas e interesses pessoais que, em alguns casos, objetivam manter a continuidade de ações já existentes. Os três dirigentes afirmaram, também, que não realizam avaliações formais a respeito das políticas implementadas, embora reconhecem a importância desse processo avaliativo.

Mesmo não havendo diagnósticos e avaliações formais, os dados apresentados pelos dirigentes públicos vão ao encontro do que foi relatado pelas crianças, de forma que parece existir uma relevante consonância entre oferta e demanda. No entanto, isso não significa obrigatoriamente que as ações realizadas estejam estritamente alinhadas aos interesses da população, uma vez que é difícil mensurar se sua participação nas ações ofertadas pelo poder público acontece porque elas atendem aos seus reais interesses ou, simplesmente, porque são as únicas disponíveis. Quando comparadas as

respostas a respeito de quais atividades fazem e quais gostariam de fazer, identifica-se, por exemplo, que muitas crianças gostariam de fazer natação, embora poucas o façam, muito provavelmente pela carência de infraestrutura e oferta pública dessa atividade.

A consonância entre oferta e demanda é identificada, também, quando se observa que os espaços e serviços públicos são os mais citados como locais para a prática esportiva formal pelas crianças, em detrimento de locais privados. Dentre aqueles, destacam-se os ginásios ou campos de futebol do município, além das escolas. Os dados não indicam se a oferta nesses espaços é efetivada pelo poder público em si, a partir de professores concursados, ou por associações privadas ou comunitárias parceiras. Entretanto, sendo tanto o espaço quanto o financiamento público, bem como o fato de a oferta ser gratuita aos praticantes, é possível entender que ela é pública, mesmo se efetivada por uma associação privada. Canan, Rojo e Starepravo (2019) esclarecem que as políticas podem ser públicas, mesmo que não sejam estatais, sendo possível emergirem de vários centros, desde que aceitas, reguladas, concedidas e até mesmo financiadas pelo Estado. Nesse sentido, inclusive, o Serviço Social do Comércio (SESC), igrejas, associações e instituições privadas também foram citados como locais de prática esportiva formal, ainda que em menor porcentagem do que os espaços públicos.

Em relação à prática da brincadeira e/ou jogo espontâneo, os espaços mais citados pelas crianças foram as praças (52,1%), seguidas por ruas (48,3%) e pelos parquinhos (*playgrounds*) (47,7%). Outros espaços (lago, ginásio, escola etc.), principalmente os privados, foram citados em menor escala. Embora esses espaços sejam públicos e de importante apropriação para o lazer e a prática física informal por parte da comunidade infantil residente dos territórios pesquisados, não foram lembrados pelos dirigentes de esporte e lazer dos municípios, que centraram sua atenção sobre os

serviços formais prestados. No caso particular da escola, faz sentido compreender que seu uso tem se dado eminentemente a partir das aulas de educação física.

A impossibilidade de acesso ao espaço escolar em períodos de contraturno, finais de semana e férias, relatada pela maioria dos alunos (80,9%), também demonstra a importância creditada pelos dirigentes aos serviços em detrimento dos espaços públicos e de sua possível riqueza em relação à apropriação informal pela comunidade. Canan e Starepravo (2019) relatam também a importância atribuída por documentos esportivos internacionais à necessidade de aproveitamento máximo da infraestrutura esportiva escolar, tanto para educação física curricular quanto para serviços de contraturno e usos informais por parte da comunidade.

Em termos de recreação e lazer, ainda, poucas crianças relataram participar dos eventos itinerantes ou das colônias de férias salientadas pelos dirigentes. Essa informação, além de reforçar as escolinhas e equipes esportivas de representação municipal como principais ações de esporte, cultura física e lazer para crianças e adolescentes nos territórios investigados, sugere que as políticas de recreação e lazer precisam ser repensadas ou, ao menos reavaliadas. Nesse ponto, assim como no exemplo da natação supracitado, parece haver dissonância entre a oferta e demanda. Diante da variedade de atividades ofertadas que são voltadas à cultura física e ao lazer, faz-se necessário destacar os tipos de atividades esportivas, formais ou informais, que são vivenciadas nos contextos pesquisados.

### **Das Possibilidades e Desejos da Vivência Corporal: Entre o Esporte Formal e o Informal**

Um aspecto que também merece atenção no que se refere ao envolvimento das crianças com as práticas esportivas, está associado ao modo como elas são

experenciadas e mesmo compreendidas, no que diz respeito ao seu aspecto de formalização ou institucionalização. Mais precisamente, é relevante identificar e refletir sobre ser ou não o caso das crianças buscarem acesso a certas práticas corporais, tendo em vista o interesse e a expectativa delas corresponderem, num sentido genérico e amplo, a certos modelos competitivos e institucionalizados de esporte que já estão social e culturalmente consolidados. Ao menos intuitivamente, parece ser razoável considerar como uma provável tendência que as crianças procurem se envolver ou copiar práticas físico-esportivas formalizadas ou, então, que se inspirem ou sejam influenciadas pelo esporte formal. Isso é plausível, uma vez que mesmo em contextos recreativos ou próprios do lazer, em que a dimensão lúdica de uma vivência corporal qualquer é privilegiada, o esporte, em sua configuração formalizada, pode acabar por se estabelecer como uma referência significativa – senão a mais importante – para a prática daquela atividade (BETTI, 2003).

Aliás, essa expectativa poderia ser entendida como confirmada, ainda que não plenamente, ao constatar-se que 74,5% das respostas dadas pelas crianças indicam que eles possuem o desejo de praticar – ou então já praticam – modalidades esportivas formais. Esse resultado se refere, especificamente, à somatória das respostas que indicam algum grau de interesse no envolvimento com modalidades como futebol, natação, voleibol, basquetebol, ciclismo e badminton, entre outras.

Já os outros 25,5% das respostas se referem eminentemente a atividades que, embora também existam como modalidades esportivas institucionalizadas, costumam ser pensadas e praticadas sem ter seu foco na regulamentação e organização próprias do esporte formal. Isto é, elas são prioritariamente vistas ou vivenciadas como práticas não sistematizadas, que têm sua ênfase na experiência, nos desafios pessoais, no lazer ou no

lúdico; nessa perspectiva, pode-se chamar de práticas informais do esporte. Aquelas que compõem aqui esse índice são: a dança, o skate, a patinação e o surfe.

Contudo, apesar desses valores apontarem para uma perceptível preferência pela prática esportiva formal, eles não podem ser usados, ao menos sem consideráveis ressalvas, como um indicador que dá suporte a tal afirmação. O simples assinalar de uma modalidade esportiva não garante que sua prática se dê dentro daquilo que se pode entender como o esporte formal. Isso talvez seja mais perceptível no caso de modalidades como o futebol e futsal, que devido à sua forte presença em diferentes aspectos da cultura brasileira, não raramente têm suas práticas adaptadas e ressignificadas segundo contextos e interesses locais e momentâneos, inclusive se entrelaçando com o ato do brincar (SCAGLIA, 2011). Essa polissemia de significados e contextos possíveis a cada modalidade ou prática, obviamente, não fica restrita ao caso especulado acima, estendendo-se também, por exemplo, ao ciclismo (pouco menos de 6% das respostas).

Aliás, esses dois casos são bastante ilustrativos dessa situação, uma vez que, em outra pergunta do questionário, agora aberta, as crianças não dizem “gostar de ciclismo”, mas sim, “que gostam de andar de bicicleta”. De modo semelhante, a maioria delas não diz querer “jogar futebol”, embora essa expressão esteja presente em vários momentos. As crianças preferem “jogar bola”. Com isso, percebe-se que é necessária uma interpretação de termos a partir destas respostas abertas, a qual leva a caminhos tanto para a formalização como informalização das práticas citadas.

Apesar das ressalvas já apontadas sobre os índices relativos ao esporte formal, pode-se, ao menos, explorar, as preferências em relação a modalidades esportivas. Dentre elas, o futebol e o futsal representam o principal interesse de prática (35%). O que chama a atenção, no entanto, é a segunda modalidade com o maior número de

respostas, a natação, que foi assinalada por 30,1% dos respondentes. Esse valor destoa sensivelmente de outras modalidades, correspondendo a quase o dobro de qualquer uma daquelas que são aqui pensadas como práticas do esporte formal (ginástica = 16,7%; lutas = 16,5%; basquetebol e voleibol = 15,9% cada). Outro aspecto que mereceria posterior escrutínio em relação a essa grande porcentagem de crianças envolvidas com a natação é o fato de nenhum dos gestores entrevistados mencionar qualquer programa de natação ou mesmo a disposição ou uso de piscina pública, em suas entrevistas. Mesmo nos questionários, a piscina, como espaço recreativo, é citada uma única vez, por uma única criança. Como opção para o lazer, brincar na piscina aparece citado por apenas 5 jovens; e esses são números muito pequenos quando comparados às 142 crianças que assinalaram a natação como prática esportiva. Isso indica a natação como prática relacionada à aprendizagem realizada em academias ou escolinhas.

Ginástica, lutas, basquetebol e voleibol apresentam uma distribuição não uniforme entre os três municípios investigados. Enquanto Marechal Cândido Rondon possui um número razoável de praticantes em todas elas, os jovens de Maripá se concentram basicamente no voleibol, cujo número de interessados é igual ao da natação, 35 indivíduos, e próximo do futebol e futsal, escolhidos por 40 das crianças. Já Toledo tem um número expressivo apenas nas lutas, que foi indicada por 30 dos jovens da pesquisa. Ainda em relação a essas modalidades, é possível especular que a presença mais expressiva nelas por parte das crianças de Marechal Cândido Rondon pode estar associada à oferta de projetos dessas práticas (exceto ginástica) por parte do poder público, como é atestado na entrevista com o secretário de esporte. Essa interpretação também parece se aplicar, ao menos parcialmente, à Maripá que, das três cidades em análise, é aquela que possui o maior número de crianças envolvidas com o voleibol. Em sua entrevista, o gestor daquele município menciona um projeto público de voleibol.

Por outro lado, essa lógica contrariaria os dados em relação a Toledo, cujo gestor relata a existência de projetos para o basquetebol e ginásticas rítmica e artística, mas que tem o maior número de crianças localizado nas lutas. É possível que a oferta de tais modalidades aconteça, contudo, distante das escolas pesquisadas.

Além das modalidades já citadas, apenas outras duas atraem mais do que 10% das crianças, o ciclismo (13,3%) e o badminton (12,3%). No primeiro caso, é possível que as respostas aludem tanto o esporte institucionalizado quanto a prática informal. Já o badminton pode, de fato, representar o envolvimento dessas crianças com o esporte formal, uma vez que existe um projeto amplo e abrangente dessa modalidade no município de Marechal Cândido Rondon, executado a partir de parceria entre a associação municipal da modalidade com a UNIOESTE e escolas conveniadas. Isso encontra suporte no fato de que 77,6% das crianças que manifestaram seu interesse por essa modalidade são daquela cidade.

Em relação às práticas propriamente não institucionalizadas, a principal delas é a dança, assinalada por 20,6% dos respondentes. Semelhantemente ao que já foi apontado em outros momentos, não deixa de ser curioso o fato de que o município com o menor número de crianças envolvidas em dança, no caso, Maripá, seja o único cujo secretário tenha mencionado a oferta dessa atividade ao público, mais especificamente o ballet (a dança realizada sob um processo de ensino-aprendizagem não deixa de ser uma prática formal, mas, diferentemente do esporte, não é uma prática competitiva formal). Outra atividade que também possui um índice de interesse semelhante é os patins (incluindo *roller*), que atrai 17,8% das crianças, e é superior ao skate, com 11,0% de praticantes. Brincadeiras e jogos populares, que abrangem atividades lúdicas como pega-pega, esconde-esconde, queimada, *bets* e outros semelhantes, foram citadas por 40,4% das crianças.

Além disso, ao observar-se que os principais espaços ocupados por essas crianças para usufruírem de seu tempo livre com atividades corporais, constata-se que os lugares de maior frequência são aqueles que privilegiam atividades não institucionalizadas; os quatro mais citados (praça, rua, parquinho e parque) representam 64,1% das respostas. Isso, contrasta com o valor da somatória dos quatro locais que podemos entender como prioritariamente usados para o ensino e a prática do esporte formal, a saber, o ginásio de esporte, o clube, a escola e a universidade, que correspondem a apenas 13,2% dos espaços de uso para tais atividades.

### **Considerações Finais**

A oferta, nos territórios investigados, é eminentemente pública e sua prioridade é o esporte, sobretudo em forma de escolinhas e equipes de representação do município. Por sua vez, as atividades não esportivas voltadas à cultura física e ao lazer, bem como a infraestrutura e parcerias com a iniciativa privada ou comunitária para a prática informal são pouco exploradas.

Pelo lado da demanda, identifica-se a apropriação das ofertas de serviços públicos, eminentemente voltados ao esporte formal. Ao mesmo tempo, verifica-se também que as práticas informais de esporte, cultura física e lazer representam boa parte dos interesses e atividades das crianças. No entanto, tais interesses não parecem ser contemplados ou atendidos pelo poder público, uma vez que ele prioriza os eventos itinerantes que não necessariamente levam em conta tais desejos e expectativas do público. Em outras palavras, há consonância no quesito “escolinhas esportivas”, mas discordância no quesito “esporte informal, cultura física e lazer”.

Observa-se, por fim, que há certa semelhança entre os municípios pesquisados no que diz respeito às políticas e às ações do poder público para com o esporte, a cultura

física e o lazer nos territórios pesquisados. Isso indica a possibilidade de certo padrão de comportamento de crianças moradoras de territórios urbanos nessa seara ou, ainda, certa unidade cultural dessa região, especialmente em relação às práticas corporais. Contudo, pesquisas com mais municípios são necessárias para comprovar essa primeira impressão, bem como avaliar a efetividade dos instrumentos utilizados nesta pesquisa, de modo a termos subsídios aprimorá-los e, assim, minimizar as limitações que possam apresentar.

## REFERÊNCIAS

ATHAYDE, P. *et al.* O esporte como direito de cidadania. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 490-501, abr./jun. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNABÉ, A. P. **Formação dos agentes públicos do esporte e lazer em municípios do estado do Paraná**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde. Departamento de Educação Física. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

BETTI, M. **A janela de vidro: esporte, televisão e educação física**. Campinas: Papyrus, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.615**, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. 1998. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9615consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm). Acesso em: 19 abr. 2021.

CAGIGAL, J. M. **Cultura intelectual y cultura física**. Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1979.

CANAN, F. **Compreendendo o direito ao esporte no Brasil – constitucionalização, teleologia e dogmática**. 2018. 503 f. Tese (Doutorado). Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

CANAN, F.; ROJO, J. R.; STAREPRAVO, F. A. Direito ao esporte: possibilidades a partir de políticas multicêntricas, regulatórias e redistributivas. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 22, p. 1-13, 2019.

CANAN, F.; STAREPRAVO, F. A. O significado e a abrangência do direito ao esporte a partir de documentos internacionais. **Fair Play. Revista de Filosofia, Ética y Derecho del Deporte**, v. 15, p.1-36, 2019.

COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. A garbage can model of organizational choice. **Administrative science quarterly**, p. 1-25, 1972.

DIECKERT, J. (Org.). **Esporte de lazer: tarefa e chance para todos**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. Multiplicidade de olhares sobre o lazer como direito social. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015. p. 1-6.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer: uma introdução**. 5.ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012.

MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. **Esporte e lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí: Fontoura, 2006.

MOURA, G. X. *et al.* Análise dos agentes públicos do sistema nacional de esportes das cidades da AMUSEP. **Licere**, Belo Horizonte, v. 20, n.3, p. 76-101, set./2017.

PARLEBAS, P. **Juegos, deporte y sociedad – léxico de praxiología motriz**. Barcelona: Paidotribo, 2001.

PEREIRA, L. **Esportes**. Biblioteca Educação é Cultura. Rio de Janeiro: Bloch; Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1980.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional – Movimento é Vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas**. Brasília: PNUD, 2017.

RODRIGUES, R. P.; MARCELLINO, N. C. O lazer nas políticas públicas participativas de Porto Alegre: estudo das gestões municipais de 1994 a 2004. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-38, set/2011.

SANTOS, E. S.; CANAN, F.; STAREPRAVO, F. A. Investments in the sport and leisure function by municipalities in Bahia from 2002 to 2011. **Journal of Physical Education**, Maringá, v. 29, p. 1-10, 2018.

SANTOS, E. S. *et al.* O financiamento do esporte e do lazer pelos municípios do estado do Mato Grosso de 2005 a 2008. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 49-69, mar./2019.

SANTOS, L. L. S. R. **Gestão pública municipal de esporte no estado do Paraná: estrutura administrativa e financiamento.** 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde. Departamento de Educação Física. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

SCAGLIA, A. J. **O futebol e as brincadeiras de bola: a família dos jogos de bola com os pés.** São Paulo, Brasil: Phorte, 2011.

SILVA, M. M.; QUITZAU, E. A.; SOARES, C. L. Práticas educativas e de divertimento junto à natureza: a cultura física em Curitiba (1886-1914). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, p. 1-23, 2018.

TERRA, R. B.; CRUZ, R. P. V. A política de Esporte e Lazer no Município de Campo Grande/MS: caminhos e possibilidades para a Gestão Pública. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 570-613, jun./2019.

TOLEDO, R. M. **As políticas públicas e o direito “social” ao esporte: uma análise a partir do estado do Paraná (1995-2010).** 2014. 293 f. Tese (Doutorado). Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

TUBINO, M. J. G. **Esporte e cultura física.** São Paulo: IBRASA, 1992.

#### **Endereço dos(as) Autores(as):**

Felipe Canan  
Endereço Eletrônico: felipe-canan@gmail.com

Andréia Juliane Drula  
Endereço Eletrônico: deia.drula@gmail.com

Joao Fernando Christofolletti  
Endereço Eletrônico: joachristofolletti@yahoo.co.uk

Verônica Gabriela Silva Piovani  
Endereço Eletrônico: veronica.piovani@unioeste.br

Shayda Muniz Oliveira Guilherme  
Endereço Eletrônico: shayda\_muniz@outlook.com

Arestides Pereira da Silva Júnior  
Endereço Eletrônico: Aristides.junior@unioeste.br